



Greve de servidor público terá que garantir serviços essenciais



Romero Jucá (D), relator da comissão, e Cândido Vaccarezza, presidente, conversam com participantes da reunião de ontem

Relatório sobre projeto que regulamenta direito de greve no serviço público está perto do consenso e deverá ser votado na próxima quinta-feira

A comissão de consolidação das leis e de dispositivos constitucionais deverá votar na próxima semana o projeto que regulamenta a greve no serviço público.

A proposta cria mecanismos de negociação entre governo e servidores e prevê que a população deverá ser avisada com 15 dias de antecedência sobre a paralisação.

O projeto exige que os profissionais de segurança pública atuem com 80% do efetivo. Outras 22 categorias de serviços essenciais deverão manter 60% dos servidores trabalhando. As demais serão obrigadas a dispor de metade do efetivo.

Relator na comissão, Romero Jucá afirmou que a proposta beneficia os servidores, o poder público e a população em geral. **3**

Ruralistas culpam governo por agravamento de tensão com índios **8**

Telefônicas prometem investir para melhorar internet no Norte **4**

Indicados a embaixadas passam por sabatina

Diplomatas aprovados ontem em comissão para representações na Sérvia, no Chipre e no Kuwait ainda terão nomes submetidos ao Plenário. **8**



Senador Jarbas (3º à esq.) com Antonio Carlos Nascimento (Kuwait), Sergio Canaes (Sérvia) e Appio Acquarone Filho (Chipre)

Relator da MP da Lei da Seca rebate críticas **5**



Cyro Miranda (C) e Alvaro Dias (D) debatem com os educadores Wilson Silva, Luciano Sathler e Edgar Flexa Ribeiro

Senador cobra mais atenção para a educação

Relator de plano nacional, Alvaro Dias lamentou que educadores e sociedade não se interessem pelo "mais importante debate do Congresso". **7**

Debatedores divergem sobre ensino a pessoas com deficiência **6**

Especialistas fazem sugestões a projetos sobre mediação e arbitragem **2**

INFORMAÇÃO NO SÉCULO 21

41 anos de SGIDOC

Venha participar do simpósio que marca os 41 anos da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação.

Data: 5 de novembro (terça-feira)

Local: Auditório do Interlegis

Inscrições gratuitas:

<http://www.interlegis.leg.br/eventos/2013/10/seminario-informacao-no-seculo-21>



Secretaria de Gestão de Informação e Documentação





José Pimentel (3º à esq.) preside audiência pública para a análise de projetos relacionados à mediação e à arbitragem

Debate aponta virtudes da mediação e da arbitragem

Audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça teve a participação de juizes, promotores, advogados e acadêmicos, que fizeram críticas e sugestões a três projetos sobre o tema em tramitação

PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apresentaram ontem sugestões para aprimorar dois projetos que tratam da mediação e um sobre arbitragem em tramitação no Senado. Todos destacaram a importância das propostas e fizeram reparos a pontos específicos.

Para a juíza de Direito Trícia Navarro Xavier, do Espírito Santo, os dois projetos sobre mediação — PLSs 405/2013 e 517/2011, respectivamente de Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) — não deveriam estar tramitando em conjunto com a proposta relativa à arbitragem — PLS 406/2013, também subscrito por Renan —, “pois tratam de institutos diferentes”.

Como explicou a juíza, mediação e arbitragem são métodos alternativos de solução de controvérsia. Uma diferença fundamental é que, na mediação, as partes conservam o poder de decisão (o mediador apenas facilita), enquanto na arbitragem as partes transferem para terceiros (no caso, o árbitro) a resolução do litígio.

Segurança jurídica

Para o promotor de Justiça Humberto Dalla Bernardina de Pinho, o Brasil não pode mais ficar sem uma legislação específica para disciplinar o uso da mediação e da conciliação. Ele lembrou que atualmente existe a Resolução 125/2010, do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), a respeito do assunto, mas não é o suficiente para garantir a segurança jurídica necessária às partes, aos mediadores e aos magistrados.

Na opinião do promotor, a mediação deve ser usada também para questões envolvendo entes públicos, algo que já vem sendo incentivado pelo governo.

— É o caso, por exemplo, de um imóvel disputado entre um estado e a União. Num conflito como esse, o Estado está nos três polos do processo, como autor, réu e juiz.

A advogada Gabriela Ourivio Assmar, outra participante da audiência pública, defendeu a aprovação do PLS 517/2011, pelo fato de buscar um equilíbrio entre as esferas judicial e privada na solução de conflitos.

Segundo Gabriela, esse “caminho de duas vias”, presente no projeto de Ferraço, contribui para que o sistema funcione de forma eficaz.

A advogada citou estudo do Banco Mundial, segundo o qual, se 4% das mediações resultarem em êxito — poupando o Judiciário de sobrecarga —, a economia para a sociedade já faz sentido.

Após 17 anos de uso da arbitragem, instituída no Brasil pela Lei 9.307/1996, Maristela Basso, professora da Universidade de São Paulo (USP), considera bem-vinda a mudança em tramitação no Senado. Segundo ela, é importante fazer uma “correção

de rota” no uso desse método de solução de conflitos. O PLS 405/2013, para Maristela, traz solução para alguns problemas persistentes nas arbitragens.

Para ela, são necessários pequenos ajustes — como fazer os projetos de arbitragem e negociação “conversarem entre si” — que podem ser realizados com rapidez.

A professora da USP afirmou ter um “otimismo moderado” quanto à arbitragem. Conforme disse, esse método de solução de problemas não deve ser visto como capaz de substituir o Judiciário nem de resolver os problemas dele.

Maristela lembrou que o objeto da arbitragem é especializado e o do método deve limitar-se a situações específicas. A sentença arbitral, conforme a professora, pode demorar mais do que uma sentença de primeiro grau do Judiciário, porque requer perícias e juntada de uma grande quantidade de documentos.

Consultor jurídico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sérgio Campinho faz sugestões pontuais quanto ao texto do PLS 405/2013. Uma delas vincula o mediador e os assessores ao dever de confidencialidade.

Outra dá às partes, em conjunto ou individualmente, o poder de requerer a homologação judicial do termo final de mediação, a fim de constituir título executivo.

A audiência pública foi presidida por José Pimentel (PT-CE).

Ontem, em discurso pelos 25 anos da Constituição, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou que o texto contém as mais elevadas esperanças de futuro da nação: “No jubileu da promulgação de nossa Carta constitucional, tudo o que de melhor podemos de-

sejar à sociedade brasileira é a manutenção de tão preciosa ferramenta de convívio. Desejamos que a Constituição da República mantenha seu brilho de farol seguro no mar tormentoso da história, rejeitando para sempre qualquer retrocesso”.

Escolas do Legislativo pedem reconhecimento institucional

Com a aprovação de uma carta que registra os avanços e a importância das escolas que representa, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) encerrou ontem o seu 22º encontro. No documento, as instituições defendem maior profissionalização, institucionalização e reconhecimento oficial das escolas — temas muito discutidos nos dois dias do evento.

Ontem, o professor da Universidade de Brasília Antonio Barbosa, ao tratar dos desafios, obstáculos e verdadeiro papel das escolas de governo, afirmou que elas devem enxergar para além

da administração pública e pensar em atender mais diretamente os cidadãos de forma geral. Barbosa acredita ser possível descobrir nichos de atuação para as escolas do Legislativo, aproveitando, por exemplo, as ramificações locais das estruturas de governo nas áreas de educação e saúde. Ele defendeu que “é preciso institucionalizar as escolas e pensar na sua permanência”.

Nesse mesmo sentido, para a professora Fatima Thimoteo, se as escolas de governo atuam basicamente na formação de servidores, as do Legislativo têm que dialogar com a sociedade.

Emendas ao Código Penal estão disponíveis para consultas

As 806 emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012, que reforma o Código Penal, estão disponíveis no site da comissão especial que trata do tema. Temas controvertidos,

como aborto e racismo, são o assunto de várias delas. O relator do projeto é Pedro Taques (PDT-MT).

Você pode acessar as emendas pelo link <http://bit.ly/PLS236>

Senadores lembram Calucho, do PCdoB, morto na quarta-feira

O militante do PCdoB Carlos Olímpio Martins de Carvalho, conhecido como Calucho, que morreu em Salvador na quarta-feira, foi homenageado em Plenário ontem. Ex-marido de Lídice da Mata (PSB-BA), Calucho foi vítima de câncer, aos 56 anos.

— Ele era querido não apenas por sua capacidade teórica e política, mas pelo profundo carinho e dedicação — afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ana Amélia (PP-RS) disse que Calucho, já muito doente, contribuiu na luta dos portadores da doença pela liberação de medicamentos específicos pela Anvisa.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) ressaltou a militância política como uma marca familiar de Calucho. O irmão dele, José Reinaldo, é dirigente do PCdoB, e um dos filhos com Lídice da Mata milita no PSB.

— Ele nos dá esse forte legado, que é uma família ligada à luta do povo brasileiro — disse.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou a participação de Calucho no movimento estudantil, durante a ditadura militar.

— Foi um companheiro que se especializou na organização administrativa para os processos eleitorais.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também prestou homenagem a Calucho e a Lídice.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Rodrigo Rollemberg comemora os 25 anos completados pela Carta Magna

Sindicatos deverão avisar população sobre greves

Autor do projeto que regulamenta a greve no serviço público ressalta mecanismos de negociação para evitar paralisações. Relator destaca benefícios aos servidores, ao poder público e à sociedade

ESTÁ MARCADA PARA quinta-feira a reunião em que a comissão mista de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais examinará o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o direito de greve no serviço público.

O projeto que regulamenta a greve no serviço público prevê que a população será avisada, com 15 dias de antecedência, sobre a paralisação, que só ocorrerá após esgotadas todas as negociações. Segundo o relator, a proposta prevê também multas diárias para os sindicatos que descumprirem decisões judiciais concernentes à greve.

Pelo texto, os sindicatos deverão convocar uma assembleia para definir as reivindicações, as quais serão levadas ao poder público para, em 30 dias, se manifestar. Se não houver acordo, será tentada uma negociação alternativa, que inclui mediação, conciliação ou arbitragem. Persistindo o desentendimento, os sindicalistas terão de comunicar a greve para a população, com 15 dias de antecedência, os motivos e o atendimento alternativo que será oferecido.

Para Aloysio Nunes Ferreira



Paralisações como a dos professores no Rio serão comunicadas 15 dias antes

(PSDB-SP), autor do projeto, o mais importante é a rodada de negociações para evitar a greve.

— No caso de conflito, há um patamar mínimo aceitável de continuidade do serviço público prestado — afirmou o senador.

O projeto proíbe greve nas Forças Armadas, polícia militar e corpo de bombeiros militar, exigindo que os demais profissionais de segurança pública atuem com 80% do efetivo. Outras 22 categorias de serviços essenciais, como médicos, distribuição de medicamentos, defensoria pública e concessionárias de água, esgoto e luz, deverão manter 60% dos servidores

trabalhando. As demais serão obrigadas a dispor de metade do efetivo.

Jucá afirmou que a proposta beneficia os servidores, o poder público e a população em geral.

— Queremos que a greve seja legítima, mas que a sociedade fique protegida nos seus direitos essenciais — disse o senador.

Os sindicatos pagarão multas diárias e os servidores responderão a processos administrativos se descumprirem com a decisão judicial relativa à greve. Depois de aprovada pela comissão, a proposta será analisada pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado.

Flexa diz que governo enganou o Congresso no veto à multa do FGTS

Em discurso na quarta-feira, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o governo Dilma Rousseff mentiu para o Congresso com o objetivo de impedir a extinção da multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga pelos empregadores ao governo nas demissões sem justa causa.

Em setembro, o Congresso manteve o veto presidencial à extinção da multa. Segundo



Flexa, o governo argumentou que os mais de R\$ 3 bilhões anuais oriundos da multa eram usados para obras de infraestrutura e programas sociais.

Entretanto, informou o senador, o jornal *Valor Econômico* publicou dados mostrando que, desde março de 2012, o governo não repassa a arrecadação para o FGTS. Flexa disse que a retenção da multa pelo governo é usada para cumprir o superávit primário.

Paim se solidariza com operários do Polo Naval de Rio Grande

Em discurso no Plenário na quarta-feira, Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a situação dos trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande

De acordo com Paim, a expectativa com o polo naval era muito grande. No entanto, depois da entrega de algumas plataformas, a situação mudou. O parlamentar informou que, em agosto, o



polo tinha 24 mil trabalhadores. Hoje, conta com 19 mil e o número deve despencar para 8 mil até o fim do ano.

O senador apontou que há registros de problemas com empresas terceirizadas e irregularidades no pagamento de direitos trabalhistas.

— A minha solidariedade total a esses trabalhadores. Tenho confiança de que a situação será resolvida de forma satisfatória — disse Paim.

Plenário inicia discussão da PEC do Trabalho Escravo

Os senadores iniciaram ontem a discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57A/1999, que acrescenta ao artigo 243 da Constituição o trabalho escravo como motivo para a expropriação de terras.

Atualmente, o Estado só pode tomar a terra de quem faz cultivo ilegal de drogas.

Antes de ser votada em primeiro turno, a PEC, de autoria do ex-senador Ademir Andrade, deve passar por cinco

sessões de discussão e votação, em primeiro turno. Se aprovada, a PEC será submetida a mais três sessões de discussão em segundo turno e a uma nova votação em Plenário.

A proposta entrou em pauta

após os senadores iniciarem, na quarta-feira, a primeira sessão de discussão do PLS 432/2013, que irá regular o artigo alterado pela PEC 57. Os parlamentares entenderam que o projeto não deveria ser votado

antes da aprovação da PEC.

Ao final da discussão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu que o PLS 432 somente será votado depois da apreciação da proposta de emenda à Constituição.

Para promotora, Lei Maria da Penha corrige erros históricos

A promotora de Justiça e integrante do Conselho Nacional do Ministério Público Márcia Teixeira afirmou ontem que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) contribuiu para a correção de erros históricos na legislação brasileira, que priorizava os direitos dos costumes em detrimento dos direitos das mulheres no Código Penal e o pátrio poder em vez do poder familiar no Código Civil. Ela fez ontem a primeira palestra do Projeto Quintas Femininas, promovido pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, que tem à frente Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em parceria com o órgão correspondente da Câmara dos Deputados.

Márcia frisou que o principal objetivo da lei não é punir, mas

coibir e prevenir a violência, além de oferecer atenção às vítimas. Prova disso, de acordo com a promotora, é que apenas 4 dos 46 artigos da lei se referem à punição. Márcia também chamou a atenção para o fato de que a lei não pune o homem, mas o agressor.

— Se o homem não é o agressor, não tem com o que se preocupar — disse.

Ela também afirmou que a Lei Maria da Penha se aplica apenas a mulheres adultas, em relações íntimas de afeto. Já homens, crianças, adolescentes e idosos devem se enquadrar em outras normas legais.

A promotora apresentou alguns dados, como a sétima colocação do Brasil



Vanessa (C) abre Projeto Quintas Femininas ao lado de Márcia Teixeira (D)

entre 87 países no ranking de assassinato de mulheres.

Por sua vez, o assessor da Secretaria da Transparência do Senado, Thiago Cortez Costa, lembrou os resultados das pesquisas do DataSenado sobre o tema, realizadas a cada dois anos, apontando que 99% das mulheres já ouviram falar

da lei e 19% admitiram já ter sofrido agressão. Em 65% dos casos, os agressores são os companheiros.

A procuradora da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin, também destacou a importância do combate à violência contra a mulher, muitas vezes agredida no lar, onde mais

deveria se sentir segura.

— A lei é muito boa, mas a gente tem que discutir se ela vem sendo aplicada e, se não vem, por quê — disse.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), coordenadora-adjunta da bancada feminina na Câmara, a violência é um processo que se repete.

— A violência doméstica não fica no universo de cada casa, ela extrapola, transborda, cria inclusive uma lógica que vai perpetuar ou perenizar as relações violentas — afirmou.

Na abertura do encontro, Vanessa Grazziotin informou que o Projeto Quintas Femininas terá palestras quinzenais sobre a inserção das mulheres na sociedade e a baixa representatividade da mulher no Parlamento.

Investimentos elevados vão permitir cumprimento das metas estabelecidas pela Anatel, segundo representantes das empresas de telefonia que participaram de audiência

Operadoras prometem internet melhor no Norte

CONSTRUÇÃO DE TORRES, instalação de quilômetros de fibra óptica e utilização de cabos submarinos vão garantir banda larga de qualidade já nos próximos meses, especialmente da Região Norte, segundo representantes das principais telefônicas do país. As promessas foram feitas ontem em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Uma das apostas para a telefonia na região amazônica é a entrada em operação do cabo de fibra óptica que segue pelo Linhão de Tucuruí, linha de transmissão de energia elétrica. De acordo com André Gustavo Rosa, diretor de Relações Institucionais da Tim, o cabo deve entrar em operação até o fim de novembro e atenderá 27 municípios

do Pará, Amapá e Amazonas. Essa é uma operação conjunta da Vivo e da Tim.

Também está em andamento o processo para construção de *backbones* (equipamentos que ligam a internet entre o Brasil e o resto do mundo) para permitir a conexão por meio de um cabo submarino chamado Américas II. Marcos Mesquita, diretor de Relações Institucionais da Oi, explicou que o Linhão vai garantir os serviços pelo sul, e o cabo, pelo norte, via Guiana Francesa, mas o processo está parado no Ibama por exigências ligadas à questão indígena.

As operadoras garantem que investimentos elevados vão atender as metas impostas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Pelas metas, até dezembro de 2019, todos os municípios

brasileiros deverão ter internet 3G, lembrou Christian Wickert, diretor de Assuntos Regulatórios da Claro.

Apesar de louvar o empenho das empresas, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que o resultado prático ainda deixe a desejar, apesar de os montantes citados serem expressivos. Segundo ela, “os números são bonitos demais, mas a realidade não é essa” e os usuários ainda padecem com apagões telefônicos, ligações interrompidas e filas nas lojas para resolver pendências e problemas.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do requerimento para a realização da audiência, se disse esperançoso:

— Quero acreditar na palavra dos presidentes e quero crer que teremos melhora dos serviços na Amazônia.

Burocracia impede avanços, segundo participantes do debate

Todos os convidados reclamaram do conflito entre a legislação e as interferências de estados e municípios, que impedem, por exemplo, a instalação de torres de celular.

— O binômio qualidade e legislação não está se fechando — disse Enylson Camolesi, diretor de Relações Institucionais da Vivo.

A burocracia impede licenças ambientais, por exemplo. Eles pedem que a Câmara acelere a aprovação da Lei de Antenas (PLS 293/2012), para unificação. Andre Gustavo Rosa, da Tim, disse que a qualidade chegaria mais rápido com ação coordenada com o setor de energia elétrica e de estradas e rodagem.

Impostos são apontados como empecilhos à popularização

Também foi unânime o pedido de redução da carga tributária. Camolesi, da Vivo, exemplificou que o ICMS não deveria ser o mesmo das bebidas, já que telefonia e internet são essenciais para o avanço econômico. Mesquita, da Oi, informou que os impostos altos explicam porque parte da população não pode

ter acesso à telefonia.

— Numa conta de R\$ 100, R\$ 50 são tributos — disse.

Em outros países, disse, impostos sobre telefonia não ultrapassam 10%. Ele lembrou que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que o gasto médio dos brasileiros com telefonia não supera 1,2% da renda.

Randolfe diz que ausência do presidente da Anatel é afronta

Randolfe demonstrou indignação com a ausência do presidente da Anatel, João Batista de Rezende, que enviou como representante o superintendente de Controle de Obrigações, Roberto Martins. O senador negou-se a dar a palavra a Martins.

— O espaço nesta mesa estará vago, disponível,

representando assim o desrespeito desse senhor para com o Senado e os membros desta comissão — afirmou.

Segundo Randolfe, o presidente da Anatel já foi convidado para, pelo menos, nove audiências públicas do Senado e só esteve presente em três, o que configuraria uma afronta à Casa.



Randolfe (C) coordena debate em que a cadeira reservada ao presidente da Anatel, João Batista de Rezende, permaneceu vazia

Sancionada lei que retoma antigo fuso horário do Acre

O Acre e a parte ocidental do Amazonas retornarão ao antigo fuso horário, com duas horas a menos em relação ao horário de Brasília, a partir do dia 10 de novembro. É o que determina a Lei 12.876/2013, publicada ontem. Proposta pelo Executivo e aprovada pelo Senado, a nova lei põe fim a uma polêmica que durou cinco anos, desde a alteração

do fuso horário dessas regiões pela Lei 11.662/2008, proposta pelo então senador Tião Viana, hoje governador do Acre. A Lei 11.662 reduziu a diferença em relação a Brasília, de duas horas para apenas uma, sob o argumento de que a população local sofria prejuízos econômicos, sociais e culturais principalmente durante o horário de verão, quando

a diferença passava a ser de três horas.

Referendo

Em 2010, houve um referendo sobre o tema e a maioria dos eleitores do Acre (39,2%) decidiu pelo retorno à hora antiga, frente aos 29,7% que votaram pela manutenção do fuso de apenas uma hora. Para que o resultado do referendo

produzisse efeitos, seria necessária uma nova lei. O Senado apresentou projeto com esse objetivo e o levou para sanção presidencial, também em 2010. Mas a presidente Dilma vetou a proposta, que previa o retorno do Acre, Amazonas e Pará à situação vigente antes da Lei 11.662, ou seja, extrapolava o resultado da consulta popular, por incluir

o Pará e parte do Amazonas. O governo apresentou, então, o projeto que acaba de virar lei.

Aprovado pelo Plenário, o projeto (PLC 43/2013) foi analisado pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tendo como relatores os senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Sérgio Petecão (PSD-AC), respectivamente.

Aloysio Nunes critica cortes no orçamento das Forças Armadas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) alertou para a redução do orçamento das Forças Armadas e disse temer que elas não consigam investir o suficiente para manter um “patamar mínimo de operacionalidade”. Ele observou que, mesmo com a escassez de recursos, o governo segue com as políticas de renúncia fiscal, especialmente com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

— Entre as desonerações de IPI da indústria automobilística e da “linha branca”, nós

temos uma diminuição de receita de R\$ 40 bilhões neste ano, afirmou Aloysio, citando dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Segundo o senador, os cortes levaram a Marinha a reduzir de R\$ 12 bilhões para R\$ 2 bilhões o orçamento para 2014, o que poderá comprometer ações básicas e programas estratégicos, enquanto o Exército receberá apenas 27% dos recursos necessários para o próximo ano. Cícero Lucena (PSDB-PB) cumprimentou Aloysio pela abordagem do tema.

Para Randolfe, autonomia do Banco Central vai prejudicar país

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que ele e seu partido acreditam que a concessão de autonomia para o Banco Central prejudicaria muito o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Randolfe explicou que o PLS 102/2007, que prevê mandato fixo de seis anos para o presidente e para os diretores do Banco Central, com uma possível recondução, e condiciona a demissão deles à apresentação de justificativa e à aprovação pelo Senado,

levará a autarquia, na visão dele, a preocupar-se tão somente com a manutenção de juros elevados para combater a inflação.

O senador frisou que o Brasil já vem praticando as maiores taxas de juros do mundo nos últimos 20 anos, o que vem “atravancando” o crescimento econômico e a distribuição de renda.

— Estabilidade por si só não pode ser uma ditadura em detrimento do crescimento econômico, em detrimento da distribuição de renda — disse.

Renan recebe visita de pequenos atacadistas e distribuidores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na terça-feira, a visita de José do Egito Frota Lopes Filho, presidente da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad).

Lopes Filho veio ao Senado para apresentar a nova Frente Parlamentar Mista dos Agentes de Abastecimento do Pequeno e Médio Varejo, que irá representar o setor atacadista e distribuidor no Congresso Nacional.

Relator contesta críticas ao texto da MP da Lei da Seca

Ampliação do número de municípios beneficiados pela renegociação de dívidas dos produtores rurais seria impossível, segundo senadores governistas. Cícero Lucena contesta: "Não vai quebrar ninguém"

EM REUNIÃO DA Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca ontem, o presidente do colegiado, José Pimentel (PT-CE), e Cícero Lucena (PSDB-PB) discutiram a renegociação de dívida dos produtores rurais. Cícero voltou a defender a MP 623/2013, conhecida como MP da Lei da Seca, da qual foi relator. Segundo senadores governistas, a União não conseguiria perdoar as dívidas nas dimensões estabelecidas por Cícero. Ele contesta.

— O que é que tem a gente ajudar um pouco mais esses agricultores do Nordeste? Não vai quebrar nada, não vai judiar com ninguém. Pelo contrário, vai dar esperança a quem já não a tem — afirmou.

Cícero ampliou o número dos municípios atendidos pela medida, com base em critérios sociais, históricos e climáticos. Entre as emendas acatadas, está a autorização para a Advocacia-Geral da União (AGU) atuar na negociação de dívidas rurais, a determinação para os bancos apresentarem extratos da evolução das dívidas e o prazo de até dez anos



Cícero defende mudanças feitas por ele na medida provisória sobre dívidas rurais

para renegociação dos débitos.

Na terça-feira, quando o relatório de Cícero foi aprovado na comissão mista criada para analisar o tema, Pimentel ponderou que o governo havia sancionado o projeto resultante da MP 618/2013, que também trata de dívidas e operações de crédito. Ele queria mais tempo para analisar o texto da medida provisória mais recente, que foi bastante alterado pelo relator.

Pimentel comentou estudo da Consultoria Legislativa do Senado que identifica lacunas nas leis para que a subcomissão elabore projetos que atendam todas as demandas.

Ele anunciou que serão feitas duas audiências para debater recursos hídricos. Para a primeira reunião, serão convidados representantes da Agência Nacional de Águas (ANA). Para a segunda, um dos convidados será o ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira.

Cícero elogiou a iniciativa e ressaltou a necessidade de debater com a ANA a situação dos açudes da Paraíba.

— Dos açudes que abastecem algumas cidades, 20 estão com menos de 5% de seu volume de água. E há mais 25 que têm menos de 20% — informou o senador.

Cícero denuncia "manobra" na Câmara

Cícero criticou a devolução da MP 623 à comissão mista que analisou a matéria. O texto foi devolvido pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, com a alegação de que o relatório aprovado pelo colegiado tratou de assunto estranho ao tema original. O senador afirmou que o motivo

real foi o fato de a MP ter um relator da oposição. Segundo ele, essa informação veio do líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse perplexo com a "manobra" do governo. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que o fato enfraquece

o papel do Poder Legislativo e denunciou a existência de uma "panelinha" na distribuição das relatorias. Roberto Requião (PMDB-PR) informou ter apresentado, em setembro, projeto (PRS 71/2013) que institui distribuição eletrônica automática das proposições nas comissões do Senado.

Wellington Dias diz que PI vem tendo grandes prejuízos com estiagem

Wellington Dias (PT-PI) relatou ontem, em Plenário, visita à região do município de Picos (PI), que sofre com um longo período de estiagem. A Barragem de Bocaina estava com o nível de água mais baixo da história, prejudicando a produção de frutas e verduras e a piscicultura, setor em que a produção foi perdida, informou o senador. "Tiveram que enterrar mais de 100 toneladas de peixe. Um prejuízo muito grande", registrou.

Wellington também comemorou o resultado de pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que apontou o Tribunal Regional do Trabalho do Piauí como o mais eficiente do Brasil.

Roberto Requião acusa governo de ignorar situação econômica

Roberto Requião (PMDB-PR) acusou o governo de "fazer ouvidos de mercador" às manifestações populares e à situação econômica do país. O câmbio sobrevalorizado, os poucos investimentos, os governos estaduais falidos e a alta da inflação são evidências, segundo Requião, da atual fragilidade da economia brasileira. Mesmo reconhecendo as conquistas sociais e econômicas dos últimos anos, o senador disse que o país pode perder tudo de uma vez se o governo continuar "tapando o sol com a peneira".

Ângela destaca ações do governo em favor da agricultura familiar

Ângela Portela (PT-RR) comemorou, na quarta-feira, ações do governo federal voltadas aos agricultores familiares e mulheres vítimas da violência em Roraima. As ações citadas pela senadora são a entrega de um lote de motoniveladoras para construção e manutenção de estradas vicinais e a assinatura de um pacto de combate à violência contra a mulher.

Ângela Portela assinalou que as motoniveladoras ajudarão os produtores rurais que não conseguem escoar toda a produção.

Aloysio defende vinda de Eike e Luciano Coutinho ao Senado

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), afirmou que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, precisa explicar, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), as condições e as garantias dadas pelo empresário Eike Batista quando pegou dinheiro emprestado junto à instituição.

— O presidente do BNDES tem que dizer qual é o grau de exposição, em que condições, quando esses recursos foram emprestados e para quais empresas do grupo — afirmou ontem Aloysio Nunes. A petroleira OGX, que faz parte do Grupo EBX, de Eike Batista, entrou na quarta-feira com um pedido de recuperação judicial. De acordo com a Agência Reuters, a dívida da empresa é de R\$ 11,2 bilhões.

Aloysio Nunes também está preocupado com a repercussão do pedido de recuperação judicial da OGX na imagem do Brasil no exterior. Ele salientou que Eike Batista chegou a ser apontado pela presidente Dilma Rousseff como um exemplo para o empresariado brasileiro.

A mesma impressão tem Osvaldo Sobrinho (PTB-MT). Para o senador, o que aconteceu com a OGX foi uma morte

anunciada. Sobrinho disse acreditar que as autoridades brasileiras não tomaram os cuidados necessários para prevenir a economia dos eventuais prejuízos causados com a falência de empresas do grupo de Eike Batista.

— O Banco Central devia saber o que estava acontecendo. A Bovespa devia saber o que ia acontecer. Eles têm números — disse.

O líder do PT, Wellington Dias (PI), por sua vez, não acha necessário ouvir Eike Batista no Senado. O senador também é contrário à vinda de Luciano Coutinho à comissão, "mas se tiver alguém que tenha interesse em algum esclarecimento, é claro que o poder público tem que estar sempre transparente". Ele acrescentou que o BNDES não deixará de receber o que emprestou, uma vez que cobra garantias reais.

Wellington avalia que o pedido de recuperação judicial da OGX não vai prejudicar os investimentos internacionais no Brasil.

— Eu acredito que, se a gente for classificar a imagem de um país pela imagem de uma empresa, certamente nós vamos ter sempre um perigo, ou, pelo menos, um conceito equivocado — disse.



Aloysio e Wellington discordam sobre convite a presidente do BNDES

Partidários da universalização do atendimento pelas escolas comuns e defensores da educação especializada travam na CDH debate em torno do Plano Nacional de Educação 2014-2023

José Cruz/Agência Senado



Audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa discute como atender aos jovens com deficiência

Ensino a pessoa com deficiência divide opiniões

COM FOCO NA inclusão escolar, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) voltou a se debruçar ontem sobre a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2023. Apesar de já haver consenso sobre a educação inclusiva, ainda há divergências entre os defensores da universalização — que postulam a integração dos alunos com deficiência à escola regular — e os partidários do atendimento especializado, entre eles as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

Apesar disso, ficou evidente a disposição dos representantes do Fórum Nacional da Educação Inclusiva e da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) em negociar. A Meta 4 do PNE, que está sendo analisada pela Comissão de Educação (CE), integra um substitutivo aprovado pela

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que prevê a inclusão de alunos com deficiência em classes especiais, mas garante a oferta de atendimento educacional especializado “preferencialmente” na rede regular.

Retrocesso

As entidades discordam quanto ao termo “preferencialmente”, inserido ainda pela Câmara. A coordenadora nacional do Fórum Nacional da Educação Inclusiva, Cláudia Grabois, alertou para o risco de essa redação levar à exclusão de milhares de alunos com deficiência já inseridos no sistema regular de ensino.

— Nossa mobilização é no sentido de que não haja mudança, pois isso fará com que milhares de crianças sejam tiradas da sala de aula comum e transferidas para escolas especiais — ressaltou Cláudia.

O resgate do texto original da Meta 4 do PNE — proposto pelo Executivo e referendado pela Conferência Nacional de Educação de 2010 — foi defendido pela diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação, Martinha Clarete Dutra. “O objetivo era não abrir precedente para que se admita a restrição de direito”, afirmou.

O coordenador técnico-pedagógico da Fenapaes, Erivaldo Fernandes Neto, disse não acreditar que o texto leve as escolas regulares a recusarem a matrícula de alunos com deficiência. “Somos a favor da política de inclusão da pessoa com deficiência e vamos monitorar [a integração à escola regular] — argumentou Neto. Participaram da audiência João Capiberibe (PSB-AP), vice-presidente da CDH, e Eduardo Suplicy (PT-SP).

(Leia mais na página 7)

Aplicativo de voz poderá ser usado nas escolas

O aplicativo para tablet Livox (Liberdade em Voz Alta) poderá ser usado como equipamento de apoio à comunicação de pessoas com deficiências físicas, motoras ou cognitivas nas escolas públicas do país. A reivindicação foi encaminhada ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pelo vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH), João Capiberibe (PSB-AP), ontem, ao final de audiência pública sobre políticas de inclusão e combate ao preconceito no ambiente escolar.

O Livox foi desenvolvido pelo analista de sistemas Carlos Edmar Pereira para permitir a comunicação com a filha dele, Clara, de 6 anos, que tem paralisia cerebral

decorrente de erro médico no parto. Segundo revelou, ela é um dos 15 milhões de brasileiros que não falam. Foi para essa parcela da população — e também para pessoas privadas da comunicação oral por problemas de saúde (câncer, derrame) — que o software apareceu como uma nova perspectiva de comunicação alternativa.

Paulo Davim defende criação de carreira de Estado para médicos

Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de quarta-feira, Paulo Davim (PV-RN) defendeu a transformação da carreira de médico em carreira de Estado. A ideia está presente na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/2011, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), e relatada por Davim.

Segundo Davim, a carreira de médico de Estado vai permitir que profissionais comprovadamente competentes



José Cruz/Agência Senado

possam atuar nas áreas de difícil provimento, pois seriam selecionados por concurso público.

A PEC 34/2011 determina ainda que os médicos de Estado teriam estabilidade após três anos de efetivo exercício e promoção na carreira por meio de critérios de antiguidade e merecimento. A proposta está pronta para entrar na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Viana propõe internação de até 8 anos para menores infratores

Jorge Viana (PT-AC) comunicou ao Plenário a apresentação de um projeto de lei que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O texto propõe aumentar o período de internação de menores que cometem infrações que, praticadas por adultos, seriam classificadas como crimes hediondos.

— Apresento projeto de lei que não mexe na menoridade, mas tenta adequar o ECA às mudanças que o próprio senador Pedro Taques [PDT-MT]



Waldemir Brito/Agência Senado

está apresentando para o novo Código Penal — afirmou.

O parlamentar sugere que a medida socioeducativa de internação de menor seja de até 8 anos nos casos de crime hediondo.

De acordo com dados estatísticos oficiais, disse Viana, os índices de violência de jovens infratores têm “crescido assustadoramente” nos últimos anos. Na cidade de São Paulo, exemplificou, os atos infracionais aumentaram 80% em 12 anos.

Magno Malta sugere exame toxicológico de motoristas

Magno Malta (PR-ES) apresentou em Plenário, na quarta-feira, projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório o exame toxicológico dos condutores. Na opinião dele, a Lei Seca está “desidratada” e o teste do bafômetro não é suficiente para identificar motoristas de risco.

— O cara que bebeu está desequilibrado para dirigir e o cara que cheirou, além de desequilibrado, está doído — afirmou o senador.



Moreira Matiz/Agência Senado

Malta disse que, com o uso de reagentes, é possível a rápida constatação do uso de drogas por motoristas.

O parlamentar saudou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), de projeto dele (PDS 787/2009) que obriga as concessionárias de energia elétrica a instalar, sem custo, relógios de dupla tarifação em propriedades rurais. Para Malta, a disseminação do equipamento beneficiará 75 mil agricultores no Espírito Santo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em audiência na Comissão de Educação, professores debatem metas para elevar a qualidade do ensino no Brasil. Texto para votação deve ser apresentado ainda em novembro

Relator critica desinteresse por plano de educação

RELATOR DO PROJETO (PLC 103/2012) do Plano Nacional de Educação (PNE), Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem, durante audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o desinteresse de educadores e de entidades da sociedade em relação ao debate.

— Não há nada mais importante em debate no Congresso do que o PNE. Eu não entendo como educadores e entidades se comportam de forma tão passiva diante de fato tão preponderante para o futuro — afirmou o senador.

Alvaro lamentou o fato de não haver no debate sobre o PNE no Congresso a mesma mobilização observada na discussão do plano de carreira de professores do Rio de Janeiro.



Entre educadores, Cyro Miranda (C) observa Alvaro Dias (D) durante a sessão

De autoria da Presidência da República, o PNE traz 20 metas e estratégias a serem seguidas pelo governo federal. Uma delas é elevar a qualidade da educação superior pela ampliação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente.

O PNE foi aprovado em maio

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em setembro, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após análise da CE, seguirá para o Plenário do Senado.

A reunião de ontem, que atendeu requerimento de Alvaro e de Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi presidida por Cyro Miranda (PSDB-GO).

Relatório, ainda neste mês, terá sugestões feitas em audiências

Alvaro Dias comprometeu-se a apresentar seu relatório ainda este mês, incorporando algumas das sugestões feitas nas audiências públicas. O senador estuda incluir no texto mecanismos de responsabilização de agentes públicos pelo descumprimento das metas propostas. O presidente da CE, Cyro Miranda, concordou com a ideia.

— Temos como meta principal fazer com que esse Plano Nacional de Educação seja cumprido. Não é chegar daqui a dez anos e dizer que fizemos apenas 60% do que estava previsto. Como o senador Alvaro Dias falou, o PNE tem que prever penalidades, precisa ser uma lei de responsabilidade educacional — disse Cyro.

Terça-feira será debatida questão dos alunos com deficiência

Entre os pontos polêmicos do PNE, está a Meta 4, que prevê a universalização da inclusão de alunos com deficiência de 4 a 17 anos na rede regular de ensino.

Na redação dada pela CAE, os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial

(como substitutas das escolas regulares) seriam encerrados em 2016, o que gerou diversos protestos.

A previsão de encerramento foi retirada do PNE durante a análise do texto pela CCJ. O assunto será debatido na terça-feira, durante nova audiência pública da CE, conforme informou Cyro Miranda.

Debatedores apoiam ensino a distância

A inclusão de uma diretriz que garanta a promoção da educação a distância e a adoção de tecnologias de informação para aperfeiçoar as metodologias de ensino foram algumas das sugestões apresentadas no debate.

Luciano Sathler Rosa Guimarães, diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), disse que a ampliação dessa modalidade de ensino é a única maneira

de garantir o cumprimento de metas do PNE, como elevação das matrículas na educação profissional técnica, no nível médio e na educação superior.

— Não há como alcançar as metas de educação sem uma diretriz que priorize a educação a distância e as tecnologias de comunicação e também uma meta que deixe claro para o país que esse é um caminho para a educação nos próximos anos — sustentou.

Hélio Laranjeira, mestre em Educação a Distância, e os senadores Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Wellington Dias (PT-PI) também veem essa modalidade como caminho para ampliar o acesso ao ensino médio, técnico e superior.

— Eu não vejo hoje saída para a educação no Brasil a não ser pela educação a distância. A educação presencial é importante, mas a outra é de vanguarda — disse Sobrinho.

Reitor defende tempo integral e fim da progressão automática

O reitor do Centro Universitário de Maringá, Wilson de Matos Silva, defendeu a educação em tempo integral. Ele também propõe a redução do índice legal de faltas de 25% para 10% ao longo do ano letivo. E sugeriu o fim da progressão automática.

Edgar Flexa Ribeiro, da Federação Nacional das Escolas

Particulares, afirmou que o momento é de total desprestígio à função do professor. Ele pediu a inclusão de dispositivos no PNE que garantam a valorização dos profissionais e apontou a resistência do Ministério da Educação em promover o diálogo como um dos principais obstáculos para mudanças no plano.

Osvaldo Sobrinho elogia educação a distância

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) felicitou ontem a Comissão de Educação pela discussão de incentivos à educação a distância no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE). Ele destacou a importância da participação de Luciano Sathler Rosa Guimarães, diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), que tratou de um tema “estigmatizado num país de bacharéis”.

— É o futuro da educação no país, com professores de altíssima qualidade — afirmou o senador, que ainda elogiou a qualidade dos debates na CE.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Henrique quer audiência sobre universidades

Luiz Henrique (PMDB-SC) informou antontem ao Plenário que a Comissão Senado do Futuro vai realizar audiência pública em 29 de novembro para analisar o desempenho das universidades brasileiras. O senador lembrou que uma pesquisa mundial não relacionou qualquer instituição do Brasil entre as 200 melhores e que a Universidade de São Paulo (USP), a mais bem colocada, aparece em 226º lugar. O senador lamentou o fato de o país, apesar de ser a sétima economia do mundo, não ser capaz de inovação acadêmica e criatividade tecnológica.



Moneira Moritz/Agência Senado

Jorge Viana exalta os dez anos do Bolsa Família

O senador Jorge Viana (PT-AC) comemorou, em discurso na quarta-feira, os dez anos do Programa Bolsa Família. O parlamentar lembrou que muitos obstáculos tiveram que ser superados para que o programa conquistasse prestígio.

Viana informou que o Bolsa Família beneficia 12 milhões de famílias. Ele disse que as conquistas do programa têm a colaboração do PT, de aliados políticos, do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. O senador afirmou que, se a única realização do partido fosse o Bolsa Família, já teria valido a pena.

Para Humberto, programa revolucionou o país

O senador Humberto Costa (PT-PE) comemorou, na quarta-feira, os dez anos do Programa Bolsa Família e afirmou que a medida revolucionou o país ao propiciar a inclusão social de milhões de brasileiros. O senador destacou que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo e ressaltou que, nesses dez anos de existência, o programa pode comprovar o sucesso.

— Esse programa hoje atende 14 milhões de famílias, 50 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira — elogiou.



Moneira Moritz/Agência Senado

Anibal: benefício varreu as políticas clientelistas

Anibal Diniz (PT-AC) destacou o alcance social do Programa Bolsa Família ao celebrar os dez anos do benefício na quarta-feira. O senador disse que o programa já conseguiu a proeza de retirar 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza e destacou o fato de o benefício ter varrido as políticas clientelistas, já que as famílias são atendidas sem relações de dominação do Estado sobre os cidadãos.

Anibal ressaltou que o programa promove não só a transferência de renda, mas também incentiva o beneficiário a mudar de vida e a buscar trabalho.



Moneira Moritz/Agência Senado

Suplicy ressalta melhorias em saúde e educação

Um balanço dos avanços sociais ocorridos no Brasil após dez anos da implementação do Programa Bolsa Família foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ontem, em Plenário.

O Bolsa Família, observou Suplicy, contribuiu para redução em 58% no número de mortes por desnutrição nos municípios com alta cobertura.

Quanto aos reflexos na educação, o senador lembrou que o programa possibilitou a redução da desigualdade educacional ao garantir a presença de crianças na escola, melhorando a taxa de aprovação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Diplomatas, que foram indicados pela presidente Dilma Rousseff, falaram à CRE sobre oportunidades comerciais nos três países

Aprovados candidatos a embaixadas na Sérvia, no Chipre e no Kuwait

APROVADOS ONTEM PELA Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os diplomatas indicados para representar o Brasil junto à Sérvia, ao Chipre e ao Kuwait ressaltaram as oportunidades que poderão surgir para o Brasil nesses países num futuro próximo em razão da transição política que atravessam.

Indicado para a República da Sérvia e, cumulativamente, Montenegro, o ministro de primeira classe Sergio Luiz Canaes — cuja indicação foi relatada por Eduardo Suplicy (PT-SP) — informou que a negociação para a adesão da Sérvia à União Europeia começa em janeiro de 2014, com integração plena prevista para 2020. Segundo o diplomata, a adesão deverá estimular a economia sérvia, ainda sob forte influência estatal.

Mais da metade das exportações da Sérvia — hoje com uma taxa de desemprego de 25% e inflação de 11% — já se dirige a outros países europeus e Canaes afirmou vislumbrar boas oportunidades no país para empresas brasileiras.

Chipre

Indicado para representar o Brasil junto ao Chipre, Appio Claudio Muniz Acquarone Filho — cuja mensagem foi relatada por Cyro Miranda

(PSDB-GO) — informou que está a caminho uma nova rodada de negociações políticas entre as duas principais comunidades do país: os greco-cipriotas e os turco-cipriotas. Embora tenha entrado para a União Europeia em 2004, o Chipre ainda não conseguiu promover um acordo definitivo entre os dois principais grupos étnicos do país.

Plano elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi rejeitado em referendo também de 2004 pela população de origem grega. Segundo o diplomata, agora existem sinais de boa vontade de todos os grupos envolvidos, aí incluídos os

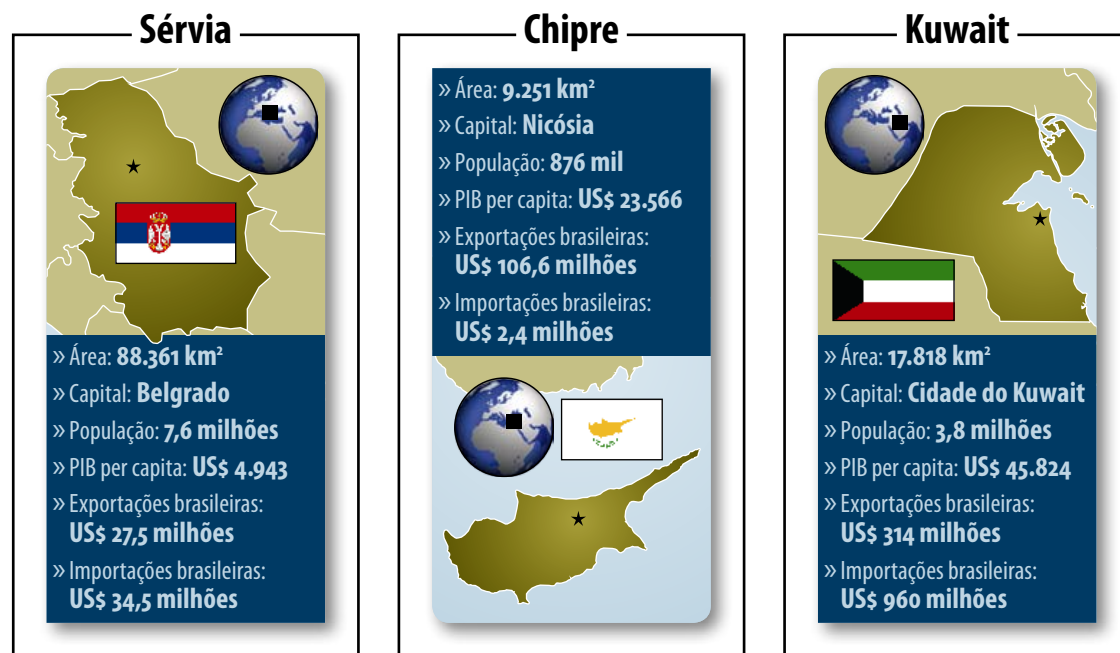
governos da Grécia e da Turquia.

Kuwait

Candidato a embaixador no Kuwait e, cumulativamente, junto ao Barein, o ministro de primeira classe Antonio Carlos do Nascimento Pedro — cuja indicação foi relatada por Delcídio do Amaral (PT-MS) — disse que o Kuwait atravessa um período de transição. A família real que dirige o país há quase 200 anos tem feito gestos de abertura nas áreas social e política. Nesse momento de transição, acrescentou o diplomata, os grandes projetos de desenvolvimento do Kuwait têm permanecido paralisados.

— Uma recente missão brasileira levantou oportunidades em megaprojetos, nos agronegócios, em produtos manufaturados e na moda. O Kuwait é uma porta de entrada importante para a região — observou.

Eduardo Suplicy ressaltou a necessidade de distribuir melhor à população a renda dos países grandes produtores de petróleo, como o Kuwait. Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a promoção de exportações, para os três países, de softwares de empresas brasileiras. A reunião foi presidida por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e as indicações serão analisadas pelo Plenário.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Produtores culpam governo por gravidade de conflito

Representantes de entidades ruralistas apontaram omissão do governo federal na solução de conflitos entre agricultores e índios como a principal causa do agravamento da tensão no campo. Em debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), eles alertaram para o risco iminente de “banho de sangue” em localidades em Mato Grosso do Sul e Alagoas.

Conforme relato de Gustavo Passarelli, assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, determinações judiciais para reintegração de posse têm sido seguidamente descumpridas.

— A situação suplanta discussões no campo jurídico. A Justiça está sendo desrespeitada, sem que o Estado nada faça — criticou.

Na cidade de Palmeira dos Índios (AL), a demarcação definida pela Funai também resultou em revolta de agricultores. Em relato aos senadores, Ricardo Bezerra Vitório, assessor do Sindicato

dos Produtores Rurais do município, explicou que a demarcação envolve área onde vive grande número de pequenos produtores.

— São demarcações feitas sem parâmetro algum. Muitos [dos afetados] são pequenos produtores, 380 com menos de 10 hectares. O Ministério Público diz que os que tiverem as terras desapropriadas devem ir para a reforma agrária. Isso é uma piada — disse.

O prefeito de Palmeira dos Índios, James Ribeiro, também apontou para o risco de a ação da Funai resultar no

surgimento de trabalhadores sem terra na cidade. Segundo ressaltou, o município vive em estado de alerta.

Ministro da Justiça

Preocupados com a situação, os senadores da CRA cobraram uma posição do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Ele era esperado em audiência para tratar do tema na semana passada e o fato de não ter comparecido resultou na aprovação, pelo colegiado, de requerimento de convocação, o que obriga a presença do ministro em

data ainda a ser marcada.

Os senadores também criticaram a ausência da presidente da Funai, Maria Augusta Boulitreau Assirati, convidada para o debate de ontem. Ela justificou a ausência alegando problema de agenda.

— Essa falta de compromisso e de credibilidade é que deixa lá na ponta essa tensão — lamentou Waldemir Moka (PMDB-MS). O senador lembrou que o ministro esteve na região em julho e prometeu uma solução, que até hoje não foi dada.

Ruben Figueiró (PSDB-MS) também criticou a atuação do governo no conflito.

— A Funai não trata absolutamente dos índios, mas se utiliza deles para atender interesses outros — disse.

Para Delcídio do Amaral (PT-MS), o ministro da Justiça estaria dando tratamento secundário ao assunto.

— Estou começando a achar que o governo quer ver mais vítimas para começar a agir. — afirmou.



Acir Gurgacz (3º à esq.) conduz audiência pública na Comissão de Agricultura

Vanessa lamenta votação adiada de PEC da Zona Franca

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou ontem a decisão do líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chagnaglia (PT-SP), de adiar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga por 50 anos a Zona Franca de Manaus. Pela Constituição, os benefícios tributários da zona franca, criada em 1967, terminariam em 2023. De acordo com a senadora, o adiamento da votação, que estava prevista para a última quarta-feira, foi a apresentação de emendas pela bancada de São Paulo, prevendo a mesma prorrogação para os incentivos dados pela Lei de Informática. De acordo com Vanessa, o estado do Amazonas não se opõe ao incentivo à informática, mas, segundo ela, tratar dessa questão na PEC 506/2010 é uma maneira de prejudicar a Zona Franca de Manaus. A senadora ressaltou que o estado do Amazonas espera que a PEC 506 seja votada ainda na próxima semana.

Grupo de senadores irá analisar impasse em fronteira

Primeiro a discursar em Plenário ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que um grupo de senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) irá a Roraima para tratar de impasse na fronteira com a Venezuela. O grupo será formado por Mozarildo, Ângela Portela (PT-RR) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT).

O senador explicou que parte da cidade fronteiriça de Pacaraima (RR) foi incluída na chamada zona não edificável, que é o trecho da fronteira entre o Brasil e algum outro país, nesse caso a Venezuela, onde ficam proibidas edificações. Entretanto, reclamou o senador, essa parte de Pacaraima já conta com residências, que agora podem acabar sendo demolidas por ordem judicial.

Segundo Mozarildo, o grupo de senadores buscará um acordo entre ambos os países para que as pessoas que moram na área não sejam prejudicadas.

